

Pesquisa (Auto)Biográfica em chave pós-estrutural: conversas com Judith Butler

(Auto)Biographical Research in post-structural key: conversations with Judith Butler

La Investigación (Auto)Biográfica en clave post-estrutural: conversaciones con Judith Butler

Clívio Pimentel Júnior*
Maria Inez da Silva de Souza Carvalho**
Maria Roseli Gomes Brito de Sá***

203

Resumo: Neste ensaio teórico, investigam-se aproximações e tensionamentos entre o pensamento de Butler e o campo das Pesquisas (Auto)Biográficas em Educação. Focaliza-se, inicialmente, nos aspectos históricos e teórico-metodológicos das Pesquisas (Auto)Biográficas, sobretudo no cenário nacional, destacados em apresentações de dossiês temáticos, cartas de associações e artigos de revisão. Em seguida, discute-se acerca do desafio envolvido na aproximação entre os pressupostos teóricos das Pesquisas (Auto)Biográficas e os pressupostos filosóficos do movimento Pós-estrutural. Finalmente, argumenta-se em defesa da plausibilidade e da consistência teórica da aproximação entre pós-estruturalismo e Pesquisa (Auto)Biográfica tendo em vista a possibilidade de invenção de narrativas performáticas e pós-metafísicas de si.

Palavras-chave: Pesquisa (Auto)Biográfica. Narrativas de si. Pós-estruturalismo.

Abstract: In this theoretical essay, we investigated approaches and tensions between Butler's thoughts and the field of (Auto)Biographical Educational Research. We focused initially on historical, theoretical and methodological aspects of (Auto)Biographical Research, especially on the national scenario, highlighted in presentations of thematic dossiers, association letters and review papers. Then, we discussed the challenge involved in the approximation between the theoretical assumptions of (Auto)Biographical Research and philosophical assumptions of the Post-structural movement. Finally, we argued in defense of plausibility and theoretical consistency of approach between post-structuralism and (Auto)Biographical Research considering the possibility of invention of performative and post-metaphysical narratives of oneself.

Keywords: (Auto)Biographical Research. Narratives of oneself. Post-structuralism.

* Professor da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: <cpjunior@ufba.br>.

** Professora Associada da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: <misc@ufba.br>.

*** Professora Associada da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: <roselisa@ufba.br>.

Resumen: En este ensayo teórico, se investigan enfoques y tensiones entre el pensamiento de Butler y el campo de las Investigaciones (Auto)Biográficas en la Educación. Se centra inicialmente en aspectos históricos y teórico-metodológicos de las investigaciones (Auto)Biográficas, sobre todo en el escenario nacional, destacados en las presentaciones de dossiers temáticos, cartas de asociaciones y artículos de revisión. A continuación, se discute acerca del desafío involucrado en el acercamiento entre los supuestos teóricos de las Investigaciones (Auto)Biográficas y pensamientos filosóficos del movimiento Post-estructural. Por último, se argumenta en defensa de la plausibilidad y de la consistencia teórica del acercamiento entre el post-estructuralismo y las Investigaciones (Auto)Biográficas teniendo en cuenta la posibilidad de invención de las narrativas performativas y post-metafísicas de sí.

Palabras clave: Investigaciones (Auto)Biográficas. Narrativas de sí. Post-estructuralismo.

Introdução

Visualmente, se parece com uma colagem, ou melhor, com um desses murais de cortiça nos quais se vai cravando, com percevejos, diferentes papezinhos em torno de um assunto. Musicalmente se pareceria a uma série de variações sobre um tema. Mas talvez, simplesmente, minhas notas não sejam nada mais do que anotações preparatórias para o texto [...] que eu até agora não fui capaz de escrever. (LARROSA, 2001, p. 281).

A escrita deste ensaio, mescla de incerteza e promessa, está marcada, de certa forma, pelo movimento errante e lento, às vezes frustrante e fraco, anunciado por Larrosa na epígrafe anterior. Ela não é nada além de um perguntar e rascunhar sobre algumas desconfianças, dúvidas e insatisfações envolvidas na tentativa de dar forma a uma trilha investigativa que, pelo seu caráter de inacabamento, deixa tudo em aberto, desfaz planos de ações prévios e faz das escolhas e da escrita uma aposta sem garantias, um eterno vir a ser.

Neste ensaio, tencionamos investigar possíveis contribuições do pensamento de Judith Butler (2015) para o que se convencionou chamar de campo das Pesquisas (Auto)Biográficas em Educação (CHAMLIAN; BUENO, 2006; SOUZA; PASSEGGI, 2011; MIGNOT; SOUZA, 2015a; MORAES; SOUZA, 2016). Adotamos a noção/metáfora da conversa, entendida como um *tecido oral sem fixidez interlocutória*, por compreendermos que, em um movimento ensaístico, o diálogo que propomos se faz sem a gana de fixação de pensamentos, posturas e sujeitos, o que não faz prescindir do debate de seus posicionamentos. Interessa-nos aqui levantar aporias e fazer alguns tensionamentos trabalharem visando a construção de um posicionamento teórico em relação à possibilidade de aproximação entre os pressupostos teórico-metodológicos instituintes das Pesquisas (Auto)Biográficas e os pressupostos filosóficos pós-estruturais¹.

Não pretendemos ser originais ao levantar tais aporias que, há algumas décadas, sobretudo a partir dos anos de 1980, estão postas em trabalhos variados (WATSON, 1993). Watson (1993), por exemplo, diz-nos que, ao contrário do que até então se lia sobre *grandes autores* e *grandes biógrafos*, as narrativas passaram a emanar certa desconfiança em relação ao autor. Tratava-se, já em meados dos anos de 1980, do início do declínio das esperanças depositadas nas tessituras narrativas em que a relação entre o vivido e a verdade era um dos fundamentos marcantes do texto, a sua *verossimilhança*, cujo interesse maior, como vinha sendo problematizado, era propagar a noção de *vida exemplar* e modelar *scripts* narcísicos de vida a serem seguidos. Ao passo que, ao concordamos com Watson (1993), constatamos que, se as práticas críticas que

¹ Derrida (1993) dá-nos a pensar em trabalhar aporias como uma experiência de *pensar sem a gana de querer superar, sem passar, sem progredir*. Neste ensaio, traduzimos esse desafio tentando pensar sem incorrer em *oposições metafísicas* entre formas de pensamento que nos fizessem ter de decidir definitivamente por um lado/caminho, como se este *deixasse para trás* outros pensamentos a respeito das questões aqui debatidas.

vieram a culminar, em cena posterior, na morte do sujeito e do autor, contribuíram para redimensionar a relação destes com a verdade, isso não acabou com todas as esperanças em uma consciência e um Eu possuidor de si. Isto é, o fato de existirem questionamentos a respeito do sujeito e do autor não faz com que a esperança egológica de um eu autossuficiente se dissolva e, portanto, mantenha-se ainda em muitas formas de raciocínio e escritas acadêmicas, em particular, no campo das Pesquisas (Auto)Biográficas (WATSON, 1993; SÁ; CARVALHO, 2016). Tal constatação faz desta aporia um caminho de estudos interessante e frutífero, apesar da sua não originalidade.

Neste trajeto, temos tentado compreender o paradoxo envolvido no estatuto epistemológico da narração de si em uma cena pós-morte do sujeito, de como esse anúncio pós-estrutural foi sucedido por um renovado interesse em questões de subjetividade, sobretudo nas Pesquisas (Auto)Biográficas (SÁ; CARVALHO, 2016). Canalizamos nossos esforços para tal aporia com vistas a ampliar espaços de interseção entre esses diferentes movimentos de pesquisa em educação. De modo mais específico, nosso desejo é que, ao reavivar ensaisticamente tal aporia epistêmico-filosófica, marcada pelo conflito entre tradição e novidade, consigamos criar condições de possibilidade para pensar modos de narração de si em chave pós-estrutural, tendo a filosofia de Butler (2015) como estruturante de tal investida².

De modo amplo, a tradição das Pesquisas (Auto)Biográficas na Educação remetem a um campo de estudos marcado pela valorização político-epistemológica das experiências vividas no decorrer da vida profissional dos sujeitos da educação (CHAMLIAN; BUENO, 2006; SOUZA; PASSEGGI, 2011; MIGNOT; SOUZA, 2015a; MORAES; SOUZA, 2016). Nessa tradição, a (Auto)Biografia é entendida não apenas como método de pesquisa das ciências humanas, mas também como dispositivo discursivo-formativo por meio do qual é possibilitado ao sujeito grafar-se, compreender-se e assumir-se sujeito dos múltiplos sentidos de sua história pessoal e coletiva (PASSEGGI; SOUZA; VICENTINI, 2011; SOUZA, 2014; MIGNOT; SOUZA, 2015a; DELORY-MOMBERGER, 2016). Isto é, o “[...] campo de conhecimento da pesquisa biográfica é o dos processos de constituição individual (de individuação), de construção de si, de subjetivação, com o conjunto das interações que esses processos envolvem com o outro e com o mundo social” (DELORY-MOMBERGER, 2016, p. 136).

Em apresentação do dossiê *(Auto)Biografia e Educação: pesquisa e prática de formação*, publicado na *Educação em Revista*, Souza e Passeggi (2011) defendem que a passagem de (Auto)Biografias não intencionais para o ato deliberativo de fazer das escritas de si um dispositivo de formação, em educação, e de método de pesquisa nas Ciências Humanas, de modo mais amplo, foi alvo de críticas contundentes, assunções e rejeições, ao longo do século XX. De acordo com os autores, duas noções podem ser colocadas no centro desses intensos debates:

[...] a de *experiência* existencial, por dizer respeito à subjetividade de quem narra, e a de *interpretação*, por subentender opiniões, crenças e valores na compreensão dos acontecimentos relatados, tanto por parte do sujeito que narra sua história quanto por parte do pesquisador que dá sentido a essas vidas para fazer história. (SOUZA; PASSEGGI, 2011, p. 328, grifos dos autores).

Assim, os pesquisadores defendem que “[...] a Pesquisa (Auto)Biográfica em Educação aposta na interpretação dos que constroem/vivem a história” (SOUZA; PASSEGGI, 2011, p.

² Talvez seja necessário destacar que este ensaio não visa criticar as Pesquisas (Auto)Biográficas debatidas pela não incorporação de aspectos pós-estruturais. Nossa intenção é criar matrizes de inteligibilidade com vistas a ampliar o escopo teórico-metodológico dos projetos de pesquisa (auto)biográfica praticados em nosso grupo de pesquisa, mostrando como os nossos interesses em questões de subjetividade e (auto)biografia são modificados ao aderirmos às práticas críticas pós-estruturais.

328), admitindo que, nessas narrações interpretativas, tornam-se evidentes relações entre ações educativas particulares e políticas educacionais, entre histórias individuais e história social, em uma relação complexa que envolve as instabilidades e as incertezas do próprio processo educativo.

A despeito da inscrição turbulenta das Pesquisas (Auto)Biográficas no campo educacional, contemporaneamente, há um forte acordo sobre as questões históricas que marcaram a emergência de tais propostas formativas e metodológicas de pesquisa no Brasil e no cenário internacional, sobretudo na França. As apresentações dos dossiês temáticos e os artigos históricos de revisão consideram, com poucas discrepâncias, três momentos considerados marcos históricos das Pesquisas (Auto)Biográficas: (I) uma eclosão inicial do programa de pesquisa que se dá em meados dos anos de 1980, seguida por (II) um período de consolidação identitária do estatuto epistemológico e metodológico do campo a partir dos anos 1990, no “[...] que se pode denominar de ‘a virada biográfica em Educação’”(PASSEGGI; SOUZA; VICENTINI, 2011, p. 370).

De acordo com Passeggi, Souza e Vicentini (2011), as pesquisas voltam-se, nessa virada, para a maneira como os professores vivenciam os processos de formação no decorrer de sua existência e privilegiam a reflexão sobre as experiências vividas no magistério. Por fim, já nos anos 2000, (III) há uma expansão e desenvolvimento diferenciador do campo, com a emergência da multiplicidade de perspectivas filosóficas e teórico-metodológicas de pesquisa e formação que marcam o campo na contemporaneidade (PINEAU, 2006; CHAMLIAN; BUENO, 2006; SOUZA; PASSEGGI, 2011; MIGNOT; SOUZA, 2015a; MORAES; SOUZA, 2016).

Não por acaso, a *Carta da Associação Internacional das Histórias de Vida em Formação e da Pesquisa Biográfica em Educação (ASIHVIF-RBE)* foi publicada no início dos anos 2000, na França, sendo considerada um marco histórico de consolidação do programa de pesquisa que “[...] atesta a existência de uma reflexão sobre nossas referências comuns, axiológicas, epistemológicas e metodológicas” (ASIHVIF, 2016, p. 177). A carta, cujas funções são de ordem “identitária, constituinte e referencial” (ASIHVIF, 2016, p. 177), enuncia “[...] princípios que orientam a prática das narrativas de vida, [reunindo] formadores, pesquisadores e práticos numa coletividade instituída” (ASIHVIF, 2016, p. 177). No entanto, ressalta-se que seu objetivo não é a normalização das práticas dos membros da Associação.

A finalidade da ASIHVIF é desenvolver práticas de história de vida por meio da narrativa de vida, no âmbito da formação, da pesquisa e da intervenção. Trata-se de um procedimento que coloca, no centro, o sujeito narrador, enquanto aquele que define seu objeto de busca e desenvolve um projeto de compreensão de si para si e pela mediação do outro. A perspectiva que orienta, media e apóia as práticas da narrativa de vida é a emancipação pessoal e social do sujeito. Entende-se por “emancipação” a ação que tende a substituir uma relação de assujeitamento por uma relação de igualdade. Enquanto prática de formação, a narrativa de vida permite ao sujeito apreender seus objetivos existenciais no seio da coletividade. Enquanto método de pesquisa qualitativa, a narrativa de vida constitui um procedimento inovador em relação aos modelos de pesquisa mais clássicos. Enquanto prática de intervenção, a narrativa de vida permite ao sujeito, com base numa explicitação de seu percurso de vida, dispor dos meios necessários à tomada de consciência reflexiva e crítica, visando situar-se como ator social num projeto de ação mais lúcida e mais pertinente. Este procedimento autobiográfico tem então uma tripla função: a de pesquisa (produção de conhecimentos), a de formação e a de intervenção (configuração de si numa perspectiva de ação social). Os efeitos da experiência de uma prática de narrativa de vida são múltiplos e essencialmente relativos à singularidade das pessoas que se engajam nessa prática. Eles podem ser de ordem epistêmica (um ganho de saber quanto ao seu passado, seu futuro, suas potencialidades e restrições atuais), identitária (segundo a variedade das dinâmicas possíveis), e também terapêutica. Uma das maiores

consequências da maneira como a Associação define seu objeto é recusar a separação entre teoria e prática. Isso concerne à distribuição hierarquizada dos lugares do pesquisador, do prático e do sujeito narrador (indivíduo ou grupo). A Associação entende sua substituição por uma relação dialética, na qual as teorias interrogam as práticas e vice-versa. Ela espera, por conseguinte, um efeito de renovação, ao mesmo tempo, no campo das práticas de pesquisa, de formação e de intervenção, e no campo da teorização, mais especificamente, na educação permanente e na formação de adultos. (ASIHVIF, 2016, p. 177-178, grifo do autor).

É a partir dos anos 2000 que novas orientações acrescentam-se à perspectiva inicial dos trabalhos na área e, sob a denominação de *Pesquisa (Auto)Biográfica*, passa-se a consolidar um território comum de diálogos entre pesquisadores nacionais e internacionais sobre tal campo investigativo (SOUZA; PASSEGGI, 2011; MIGNOT; SOUZA, 2015a; MORAES; SOUZA, 2016). A primeira edição do *Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica* (CIPA), realizado em 2004 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), é também considerado um marco na sedimentação do campo de Pesquisa (Auto)Biográfica, tornando-se um importante espaço de interlocução entre diversos grupos de pesquisa brasileiros. Hoje, encontra-se em sua sétima edição, com periodicidade bianual de realização³.

Ao tentar produzir um mapeamento dos vários matizes das produções brasileiras, a partir das publicações das duas primeiras versões do CIPA, Souza, Sousa e Catani (2008, p. 33) afirmam algumas especificidades da cena brasileira e, dentre elas, “[...] a apropriação de ideias, principalmente europeias, voltadas para as vertentes autobiográficas”, cujos principais recursos teóricos e conceituais fazem referência às produções de Antonio Nóvoa, M-Christine Josso, Gaston Pineau e Pierre Dominicé. Segundo eles, longe de ser uma assimilação conformada, as interpretações brasileiras desses autores são marcadas por uma indisciplina, uma “[...] re-invenção de modalidades de pesquisa e de práticas de formação” (SOUZA; SOUSA; CATANI, 2008, p. 33) de maneira que seus conceitos e teorizações adquirem o estatuto de *ponto de partida* para muitas produções nacionais.

Em revisão mais recente, Mignot e Souza (2015b) analisam a coleção de livros *Modos de viver, narrar e guardar*, que reúne 119 capítulos de livros sobre Pesquisa (Auto)Biográfica. Os autores constatam que, no Brasil, os caminhos teórico-metodológicos seguidos por esse programa de pesquisa valorizam, sobretudo, o potencial reflexivo da narrativa de si bem como as práticas formativas decorrentes dessas constatações, atestando a multiplicidade de modos como pesquisadores têm operacionalizado tais dispositivos discursivos tanto na pesquisa como na formação de professores. De modo geral, as Pesquisas (Auto)Biográficas surgidas a partir dessa virada são marcadas pela ideia de que

[...] não se trata de encontrar nas escritas de si uma ‘verdade’ preexistente ao ato de biografar, mas de estudar como os indivíduos dão forma a suas experiências e sentido ao que antes não tinha, como constroem a consciência histórica de si e de suas aprendizagens nos territórios que habitam e são por eles habitados, mediante o processo de biografização. (PASSEGGI; SOUZA; VICENTINI, 2011, p. 371, grifo dos autores).

A cena contemporânea na qual desenvolvem-se as Pesquisas (Auto)Biográficas, segundo os autores, é também marcada pela ideia, tributária da tradição alemã do século XVIII dos *Bildungsroman* - romances de formação -, de que “[...] conhecer, ouvir, ler a vida do outro é um modo de formação” (PASSEGGI; SOUZA; VICENTINI, 2011, p. 371). Trata-se da tradição *heterobiográfica*, anunciada também nos escritos de Delory-Momberger (2016), para quem o sujeito

³ Para mais informações sobre as edições dos CIPAS, documentos e trabalhos publicados, acesse o site: <<http://www.biograph.org.br/>>.

forma-se não apenas pelo exercício (auto)biográfico, mas pela negociação constante entre *auto* e *heterobiografia*, entre modelos e singularidades biográficas, em uma relação em que essas dimensões estão sempre negociando entre si no processo formativo. Não apenas em Delory-Momberger aparece essa tensão entre singularidade e socialidade, mas também em Josso, para quem o ser-sujeito forma-se a partir de uma “[...] tensão permanente entre modelos possíveis de identificação com o outro (conformização) e de aspiração à diferenciação (singularização)” (JOSSO, 2008, p. 20), de modo que sua existência é sempre marcada pelo *singular-plural* de uma vida:

A história de vida narrada é, assim, uma mediação do conhecimento de si na sua existencialidade que oferece, para a reflexão do seu autor, oportunidades de tomada de consciência dos vários registros de expressão e de representação de si, assim como sobre as dinâmicas que orientam a sua formação. [...]. A existencialidade é, assim, abordada na sua textura completamente original – pois é singular – no seio de uma humanidade compartilhada. Por esse motivo, em nossas pesquisas com as narrativas de formação, usa-se, com frequência, a expressão de nossa existência singular e plural. (JOSSO, 2008, p. 19-20).

Se as vidas do herói e dos santos serviram de modelo para gerações anteriores, atualmente, são as vidas de atletas, estadistas, artistas, grandes intelectuais, e empreendedores que despertam interesse. Trata-se, como lembra Arfuch (2010), de querer saber como e por que se entra para a história. Essa busca da história de vida do outro, pela *heterobiografia*, é, para Delory-Momberger (2008), constitutivo da *condição biográfica*, na modernidade avançada. A noção de condição biográfica, discutida no último livro da autora (DELORY-MOMBERGER, 2009), situa o indivíduo entre a imposição de modelos biográficos e o gerenciamento da própria vida. (PASSEGGI; SOUZA; VICENTINI, 2011, p. 371, grifos dos autores).

Não pretendemos adentrar nas especificidades de cada abordagem (Auto)Biográfica mencionada pelos autores nesses trabalhos e apresentações. Recorremos a dados históricos da emergência, da consolidação e das características gerais do campo, não sem risco de generalização, apenas para destacar que, em diferentes matizes, alguns estudos emergem envolvidos na ideia de que narrar-se é adquirir certa consciência histórica de si, adquirir esclarecimento de si em seu estar no mundo, ou seja, é por meio da reflexividade autobiográfica que se alcança “[...] a capacidade de criatividade humana para reconstruir a consciência histórica das aprendizagens realizadas ao longo da vida” (PASSEGGI; SOUZA; VICENTINI, 2011, p. 372).

De particular interesse para este trabalho, é a constatação de ideias remanescentes da tradição do romantismo alemão em determinados escritos e Pesquisas (Auto)Biográficas, sobretudo das ideias de *vida exemplar* e *vida modelo*, subjacentes ao desejo de *entrar-se para a história* – biografias à *La Rousseau* (WATSON, 1993). O interesse maior nessas questões diz respeito ao fato de que, em um enquadramento pós-estrutural, tais desejos, pressupostos e questões filosóficas da Modernidade Avançada são problematizados em sua gana fundadora de um *eu exemplar*, transparente a si mesmo, cuja vida é discursiva e culturalmente construída, mediante atos de poder e exclusão, como *vida grandiosa*, *vida que vale a pena entrar para a história*, *vida sem assujeitamento*. Estes, a nosso ver, talvez sejam os pontos mais polêmicos no que diz respeito à aproximação entre o campo das Pesquisas (Auto)Biográficas e a agenda pós-estrutural, o que desenvolvemos a seguir.

Sabemos dos riscos que uma abordagem ensaística desse tipo carrega, principalmente por compreendermos que ambos os campos aqui debatidos são formados por uma multiplicidade de práticas irreduzíveis umas às outras, o que exigiria de nosso esforço de criação de uma matriz de inteligibilidade um exame mais detalhado e menos genérico, talvez focalizando possíveis diálogos entre abordagens mais específicas. No entanto, por acreditarmos também no potencial heurístico de uma investigação, cujo foco seja em princípios e operadores conceituais amplamente

compartilhados por tais campos, assumimos os riscos, que não são pequenos, e tentamos fazer tais problemáticas trabalharem no sentido de buscar uma possível e, a nosso ver, necessária aproximação entre esses campos, com vistas a criar espaços de diálogo entre eles.

Não tencionamos produzir uma conciliação, um consenso, se, por esses termos, entendermos a instituição de um novo cerco demarcatório em que a harmonia tenha sido alcançada e superada uma convivência conflituosa, apagando as diferenças, em nome da igualdade, uma ação homogeneizante. Ampliar matrizes de inteligibilidade, no nosso ponto de vista, significa criar espaços de interseção aceitando a *harmonia conflituosa* que lhe é constitutiva. Significa, ainda, investigar aproximações e distanciamentos entre distintos vocabulários e jogos de linguagem sem expulsar as diferenças do debate, mas operar com elas visando articulá-las em alguma medida. Para tanto, a seguir, fazemos uma caracterização geral⁴ do movimento pós-estrutural tentando visibilizar alguns pressupostos filosóficos e, sobretudo, a problemática da valorização do sujeito em uma cena pós-morte dele. Posteriormente, mergulhamos nos escritos de Butler para tentar compreender seu pensamento a respeito das operações (auto)biográficas⁵, abrindo-as em chave pós-estrutural. Por fim, argumentamos em defesa de que pensar a Pesquisa (Auto)Biográfica em chave pós-estrutural significa enfrentar o desafio da invenção performática e pós-metafísica⁶ de si, uma invenção ficcional e radicalmente contingente do eu que não pode requerer a manifestação de uma presença de si sem deixar transparecer uma procuração constitutiva.

O ceticismo pós-estrutural, a morte do sujeito e as (auto)biografias

Foi então o momento em que a linguagem invadiu o campo problemático universal; foi então o momento em que, na ausência de centro ou de origem, tudo se torna discurso – com a condição de nos entendermos sobre esta palavra –, isto é, sistema no qual o significado central, originário ou transcendental nunca está absolutamente presente fora de um sistema de diferenças. A ausência de significado transcendental⁷ amplia indefinidamente o campo e o jogo das significações. (DERRIDA, 2011, p. 409-410).

Seguindo nosso ensaio teórico-investigativo, adentramos no terreno pantanoso e movediço do pós-estruturalismo. Concordando com Derrida (2011, p. 410), acreditamos que “[...]”

⁴ Ao assumir o risco de uma descrição geral, não defendemos nenhuma solidez sociológica que nos impeça de destacar as diferentes nuances dos debates a partir de autores específicos. Informamos o texto com noções descritoras mais amplas por acreditar, também, nas sínteses como recursos heurísticos que nos ajudam na localização, mesmo que sempre imprecisa, de pensamentos e autores em cenários mais amplos de pensamento.

⁵ Não o fazemos tendo em vista uma pretensa reconstrução objetiva, plenamente articulada, finita e conténel do pensamento da autora, isto é, uma exposição distanciada, enclausurada, que pudesse servir como guia para pesquisadores, pois o próprio quadro filosófico assumido nos impede de investir em tal direção objetificante do pensamento alheio.

⁶ Utilizar a noção de pós-metafísica exige que demarquemos a concepção de metafísica com a qual estamos trabalhando. Em concordância com Derrida (2011) e Vattimo (2007), sob inspiração heideggeriana, concebemos a metafísica como uma forma de pensamento regida por uma certeza e uma imobilidade tranquilizadora, por um fundamento garantidor da essência do ser e do pensamento, por um valor supremo que tiraria o ser e o pensamento do risco e da incerteza do jogo e do devir histórico, e os colocariam na rota da verdade como uma experiência objetiva de pensamento.

⁷ Consideramos importante explicitar a definição de significado transcendental em Derrida (2001, p. 26): “[...] daquilo que propus chamar de significado transcendental, o qual, em si mesmo, em sua essência, não remeteria a nenhum significante, excederia à cadeia dos signos e não mais funcionaria, ele próprio, em um certo momento, como significante”. O conceito de significado transcendental é marcado pela ideia de um significante agindo *fora do jogo* da significação, um significante que, supostamente, teria alcançado um ponto externo garantidor de estabilidade no mar turbulento das significações, teria atingido um fundamento, um centro que o livraria da instabilidade da própria discursividade.

seria de certo modo ingênuo referir um acontecimento, uma doutrina, ou o nome de um autor [...]” para designar, *de fato*, o ponto de origem desse movimento de pensamento. No entanto, se possível for citar alguns deles, Nietzsche, Heidegger, Freud e a crítica dos conceitos de verdade, ser, presença e consciência, não poderiam estar de fora dessa consideração (PETERS, 2000; WILLIAMS, 2013).

Em Peters (2000) e Williams (2013), encontramos dados históricos a respeito da emergência do movimento pós-estruturalista bem como dos seus marcos teóricos. De acordo com eles, o movimento pós-estruturalista é uma resposta filosófica às pretensões científicas do estruturalismo em querer tornar as Ciências Humanas um megaparadigma para as Ciências Sociais. O pós-estruturalismo é visto como um movimento que, sob inspiração nietzschiana e heideggeriana, busca descentrar as estruturas, a sistematicidade e a pretensão científica do estruturalismo, explicitando a metafísica que lhe estava subjacente. O pós-estruturalismo tem como objeto teórico o Estruturalismo francês, que tem sua origem na linguística estrutural desenvolvida por Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson. Para eles, o mais importante é que esse movimento inaugura e registra a recepção francesa de Nietzsche. É também decisiva a interpretação que Heidegger fez de Nietzsche bem como as leituras de Nietzsche feitas por Deleuze, Derrida, Foucault, entre outros, por volta dos anos de 1960 a 1980. O movimento pós-estruturalista é particularmente marcado pela *invasão da linguagem*, tal como anunciado por Derrida (2011), sendo estruturante a noção de que *nada na linguagem pode vir definitivamente à presença*, isto é, *nada na linguagem pode aparecer em plenitude* (PETERS, 2000; DERRIDA, 2011; WILLIAMS, 2013; BIESTA, 2013). Ela deixa de ser elaborada na *metáfora do espelho*, do *cálculo*, como mero instrumento de *descrição* e de *reflexão* do real, e passa a ser seu *instituinte*. Com essa atitude, o pós-estruturalismo não apenas descentra o sujeito e o coloca no *jogo*, mas também procura abdicar da busca de origens e essências universais, desconfiando da possibilidade de encontrar a origem-fundamento primordial em torno do qual a humanidade e sua relação com o mundo pode ser plenamente entendida e explicada. O pensamento pós-estrutural corporifica, portanto, diversos posicionamentos teóricos que buscam ultrapassar leituras fixistas e sua gana de querer controlar/capturar o real e as experiências de mundo dos sujeitos. Apesar de reconhecermos a importância dessas questões históricas, não vamos entrar em detalhes acerca da historicidade desse movimento de pensamento, pois não é este nosso objetivo aqui. Para os interessados em aprofundar tais questões, recomendamos a leitura de Peters (2000) e Williams (2013). Focalizaremos, mais especificamente, a problemática da morte do sujeito que, neste ensaio, parece-nos ser mais produtivo.

Dentre as inúmeras problemáticas abordadas pelos autores pós-estruturalistas, a crítica ao sujeito centrado, pensado nos moldes cartesiano-kantiano *humanista* de autossuficiência e transparência em relação a si mesmo (PETERS, 2000; WILLIAMS, 2013), é de particular relevância para nossos estudos. A crítica ao sujeito centrado empreendida pelo pós-estruturalismo é precisamente a crítica a uma narrativa particular que concebe o ser envolto por estruturas estáveis, às quais o pensamento do/sobre o ser deveria recorrer sempre que se pense esse próprio ser para firmar-se em certezas, para firmar-se em um solo fundamental.

O sujeito centrado, por ser um construto possessivo, marcado pela gana de controlar e concluir a sua própria experiência de mundo com outros, acaba tornando-se uma imagem fixa, um construto identitário ideal. Na descrição de Hall (2006, p. 10), é característico desse construto a ideia de um sujeito “[...] totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação cujo [...] centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa”. Em Biesta (2013, p. 55), por sua vez, esse sujeito “[...] era visto como a fonte autônoma, pré-social e trans-histórica da verdade, da racionalidade e de sua própria identidade. Era o ponto a partir do qual o universo podia ser movido”. Em última análise, trata-se de uma forma de pensamento que funda

o ser *de fora*, além de colocá-lo fora de sua *eventualidade*, fora de sua precariedade, conservando certa estabilidade ideal e cuja versão final pode ser sempre antecipada na forma de uma presença fixa, pré-escrita (VATTIMO, 2007; DERRIDA, 2011). É a própria ideia de *centramento* que é colocada em xeque pelo pós-estruturalismo, tendo a crítica nietzschiana do humanismo e do fundamento como “rolamento do sujeito do centro para X” (VATTIMO, 2007, p. 4) como mola propulsora:

Toda a história do conceito de estrutura [...] tem de ser pensada como uma série de substituições de centro para centro, um encadeamento de determinações do centro. O centro recebe, sucessiva e regularmente, formas ou nomes diferentes. A sua forma matricial seria [...] a determinação do ser como *presença* em todos os sentidos desta palavra. Poder-se-ia mostrar que todos os nomes do fundamento, do princípio ou do centro, sempre designaram o invariante de uma presença (*eidos, arché, télos, energeia, ousia* [essência, existência, fim, substância, sujeito], *aletheia*, transcendentalidade, consciência, Deus, Homem, etc.) (DERRIDA, 2011, p. 409, grifos do autor).

Distante da narrativa que *funda* o sujeito cartesiano-kantiano humanista, o pensamento pós-estrutural, ao criar o sujeito no discurso e na linguagem, no que estes têm de instáveis e incontrolláveis, permite questionar: é possível *emancipar* um *eu*, *possuir* uma identidade, *adquirir* um estado pleno de consciência que ateste a *real* presença do sujeito? Criado na/pela linguagem, o sujeito centrado tem sua morte decretada precisamente pelo fato de ser um construto impossível, marcado por uma fixidez primordial e pelo desejo de domínio e posse de si, pelo desejo de *centramento*. Em chave pós-estrutural, a afirmação de que um dia se atingiu um *sendo presente* (DERRIDA, 2011) do sujeito, um sujeito centrado, não resiste a uma análise dos efeitos de exclusão e de marginalidade de tudo aquilo que escapa às grades de inteligibilidade do eu consigo mesmo, e que ele impõe ao movimento da diferenciação de si para narrar-se como suposto senhor de si.

De acordo com Peters (2000) e Williams (2013), as narrativas pós-estruturais, seguindo a peculiar crítica que Nietzsche faz da verdade e do sujeito, problematizam o primado da identidade absoluta, colocando em dificuldade os pressupostos da autonomia plena e da transparência da autoconsciência, concebendo o sujeito muito mais como uma complexa intersecção de forças discursivas e libidinais, e de práticas sociais. O sujeito no pós-estruturalismo, portanto, não é mais aquela individualidade forte, ciente das *influências* dos outros sobre seu eu nuclear, mas uma trama de forças descentradas, uma multiplicidade de vetores relacionais sem os quais sua existência seria impossível.

Peters (2000) e Williams (2013) afirmam que a filosofia nietzschiana influenciou decisivamente todos os pós-estruturalistas, fazendo a problemática da diferença emergir de diversas formas em cada um dos autores. Em nossos estudos, particularmente no que diz respeito à possibilidade do sujeito, pensar a diferença tem significado anunciar a morte de construtos identitários que postulem por um *próprio*, por um terreno plenamente estável no qual o sujeito, transparente a si mesmo e translúcido ao outro, pode plenamente reconhecer-se e ser reconhecido, *grafar-se e ser grafado com precisão*.

No que tange à problemática da morte do sujeito, em acordo com Biesta (2013), acreditamos que tal anúncio significa a morte de uma invenção particular do sujeito. Isto é, a cena da morte do sujeito, anunciada por Foucault (1999) na metáfora do desfazimento do rosto de areia do homem à beira do mar, significa o desfazimento de uma versão particular do sujeito, não o fim puro e simples de qualquer sujeito. Envolto em uma narrativa humanista e essencialista, Foucault (1999) afirma que a criação do sujeito nesses moldes é um construto tecnológico que vem sendo historicamente gestado e emerge de modo mais *fundamental* no ambiente cultural do final do século XVIII, início do século XIX, no qual a gana era livrar-se de qualquer insuficiência

perante o outro, fundando uma individualidade possessiva e autossuficiente em si mesma. O que Foucault ataca nessa narração não é qualquer possibilidade de um sujeito narrar-se e compreender-se. Trata-se de uma crítica a uma determinada narrativa, proveniente de circunstâncias históricas particulares, que pregam a existência de um *modelo* supra-histórico do sujeito⁸, uma narrativa segundo a qual “[...] é possível e desejável determinar a essência do ser humano” (BIESTA, 2013, p. 24).

Não apenas em Foucault (1999), mas no pós-estruturalismo de modo amplo (PETERS, 2000; WILLIAMS, 2013), não há qualquer possibilidade de uma teoria postular pela existência de um sujeito prévio, anterior aos acontecimentos nos quais esse próprio sujeito se forma e está imerso. Nos dizeres de Derrida (2011), não há possibilidade de alcançar um sendo presente anterior à condição de estar sendo incessantemente, senão por meio de um *fora* da linguagem. Defendemos, portanto, que, se a crítica pós-estrutural não determina a morte de qualquer possibilidade de ser um sujeito, mas de um sujeito particular, moldado no fluxo histórico que conecta ideais humanistas à cultura do esclarecimento, ela amplia indefinidamente os jogos de significação da subjetividade. Trata-se, em acordo com Sá e Carvalho (2016), de ampliar a subjetividade ao invés de abandoná-la. No entanto, em acordo com Biesta (2013), esse renovado interesse em questões de subjetividade e de identidade não pode mais ser a reivindicação de uma particularidade essencial oposta aos caracteres do sujeito universal, em uma simples troca de conteúdo dentro de uma mesma moldura. Trata-se de um foco nas multiplicidades da subjetividade, uma maneira de compreendê-la em sua fraqueza e precariedade. Mais radicalmente, seria encarar a contingência de qualquer subjetividade, que não resiste mais em colocar suas crenças mais centrais no tempo, no espaço e no acaso de sua constituição, já que não se trata mais da subjetividade moldada em uma relação de posse consigo mesmo fora do risco e da incerteza da própria existencialidade. Uma subjetividade, portanto, também descentrada, inventada, não mais uma subjetividade metafísica. Defendemos, portanto, que a crítica a uma suposta subjetividade metafísica não significa abertura para uma pluralização de várias subjetividades particulares, fortes e enclausuradas em si mesmas, ou seja, não significa um movimento de *reapropriação* forte de uma manifestação subjetiva particular, pois é justamente esse *apego forte* a qualquer atributo tido como posse, esse *desejo de centro*, que está em xeque. Defendemos que somente onde não há subjetividade metafísica terminal, bloqueadora, seja ela a de um sujeito forte universal ou a de um sujeito essencial particular, é que a subjetividade pode manifestar-se em uma multiplicidade de formas, em seu *estar sendo*, primando pelo *continuum* em seu estar no mundo.

Outro aspecto marcante é que a perspectiva pós-estrutural, ao assumir uma postura pós-epistemológica (PETERS, 2000; WILLIAMS, 2013), inventa uma ontologia discursiva do mundo e interrompe a possibilidade de abordar a própria vida como *objeto de reflexão*. A criação objetificada da vida, abordando-a como uma *coisa* que se narra, é problemática em uma chave pós-estrutural, pois esse tratamento distanciado e pretensamente objetivo, essa abordagem a partir de um *ponto de vista privilegiado*, tentando conferir uma conciliação aos eventos vividos por meio de uma consciência constituinte, é questionável. Ao invés de encarar a vida como um objeto epistemológico, o pós-estruturalismo permite pensar a narração de si como *enunciação*: enuncia-se a vida, sendo essa operação uma construção infinita, instável, marcada pela própria discursividade, pelo movimento incessante de produção de sentidos. Pensada nessa chave, a enunciação de si na linguagem é infielmente fiel a toda ordem do vivido, ela reitera e trai tudo aquilo que é narrado, ela ficcionaliza o que narra. O que se problematiza, nesse sentido, é a

⁸ Biesta (2013) destaca que a crítica foucaultiana, mais do que o simples decreto da morte do sujeito, é um ataque às bases filosóficas sobre as quais se investigava a subjetividade humana. Isto é, não apenas o sujeito estava em xeque, mas o próprio modo *fundacionista* e essencialista de abordar tal questão.

(Auto)Biografia como narração de eventos supostamente mais importantes e significativos, que permitem conferir uma assinatura ao texto e uma singularidade ao vivido, em uma cronologia e *script* linear da vida à morte, ou ao momento presente. Problematiza a vida contada como *coleção de fatos e experiências* a partir dos quais se funda uma *singularidade realmente vivida*. A enunciação confere fluidez ao vivido de forma tal que a narrativa que se conta de si é sempre uma *eventualidade textualizada* de sentidos de si, podendo ser construída a partir de múltiplas entradas, múltiplos marcadores identitários e em múltiplas versões igualmente legítimas e autorizadas, já que, em nenhuma delas, a vida vem à presença, faz-se aparecer em plenitude. A enunciação, fora do quadro da vida como coisa, permite também desfazer a ideia de uma suposta verossimilhança entre a narrativa contada e os eventos vividos. Como enunciação, interessa mais a produção de sentidos do que o grau de *realismo* e aproximação com a verdade dos fatos que a narrativa pode exprimir, isto é, a *textualização* da vida impede o acesso a uma verdade do vivido.

O que os pressupostos filosóficos pós-estruturais permitem desestabilizar é justamente as operações discursivas atuantes na fundação de um eu cuja relação com o mundo se dá em uma ideia de posse e esclarecimento, seja por intermédio de qualquer metáfora possessiva e esclarecedora como “adquirir”, “possuir”, “apropriar”, “internalizar”, “conscientizar”, “emancipar”, etc. Essa perspectiva permite desestabilizar a narração evolutiva e linear de si rumo a estados de consciência e autossuficiência absolutos, justamente pelo fato desses estados serem sempre radicalmente contextuais, nunca dados de uma vez por todas.

Uma narração em chave pós-estrutural privilegia a relacionalidade, o caráter precário e instável de si, as descontinuidades, as fusões estéticas ao estar com outros, ao interpelar e ser interpelado por outros, ao viver uma ambiência em sua legitimidade. É justamente a possibilidade de uma historicização e circunscrição precisa de um eu que está em xeque, a tentativa de produzir uma história finalizada de si. O que o pós-estruturalismo permite também dissolver é que *não se é primeiro para depois ser com outros*, primando pela compreensão das influências de outros sobre um eu primário, puro e nuclear, uma presença pura, anterior. Só se é, se for possível ser, sendo com e para outros, desde o início. Desde o início, só produzimos significação com e para outros, nunca um sendo presente nuclear, enclausurado em si mesmo (DERRIDA, 2011), e envolto por outros que exercem sobre o eu alguma influência.

Nossa abertura das Pesquisas (Auto)Biográficas em chave pós-estrutural permite-nos, portanto, defender que, se a crítica pós-estruturalista não determina o abandono ou a banalidade da narração de si, ela exige, ao menos, que essa operação se dê fora de uma chave de *minhidade* (BUTLER, 2015), seja biológica ou cultural. Em Butler (2015), como veremos a seguir, e na chave pós-estrutural de modo mais amplo, não se questiona o potencial da narrativa de si em inventar histórias, articular e conferir sentido à própria vida. O que se coloca em xeque é uma determinada operação narrativa que postula o hipercontrole, a articulabilidade plena, o *bios* (WATSON, 1993) da narrativa de si; uma metafísica da carne que não apenas determina uma relação centrada do eu consigo mesmo, mas uma relação fundada no individualismo possessivo característico da modernidade avançada.

Pensando (auto)biografias com Judith Butler

O “eu” descobre que, na presença de um outro, ele entra em colapso. Não conhece a si próprio; talvez jamais conhecerá. Mas sua missão é essa, conhecer a si próprio? O objetivo final é chegar a um relato narrativo adequado de uma vida? Deveria ser? Sua missão é cobrir, por meio narrativo, a quebra ou a ruptura constitutiva do “eu”, que com muito vigor une os elementos como se fosse perfeitamente possível, como se a ruptura pudesse ser corrigida e o controle defensivo, restabelecido? (BUTLER, 2015, p. 92, grifos da autora).

Logo de início, pontuamos que, tanto pelas limitações de espaço como de compreensão, as contribuições que vamos elencar aqui não esgotam as discussões que a obra de Butler (2015) suscita para o campo das Pesquisas (Auto)Biográficas. Nessa obra, Butler está preocupada com a filosofia moral. Está preocupada com respostas às perguntas: (I) o que significa ter uma vida ética?; (II) como devo agir?; (III) o que devo fazer? Portanto, não é interesse direto da autora tratar de questões (Auto)Biográficas. No entanto, a autora reconhece que, para responder a essas perguntas, é necessário que se pergunte quem é este eu que se vê obrigado a dar um relato de si e agir de determinada maneira. Butler, assim, avança sobre os desafios do que significa construir uma narrativa do eu em meio a uma falta constitutiva de autotransparência do/sobre o eu.

O reconhecimento da opacidade constitutiva do eu para consigo mesmo é estruturante de sua reflexão, mostrando que a ideia de um sujeito plenamente consciente de suas atitudes e decisões é um sujeito impossível, um construto que visa negar a falibilidade e a contingência da identidade humana. Para Butler (2015), só podemos conhecer-nos de maneira incompleta e irredutivelmente ligada a uma relacionalidade que nos excede e constitui. Uma relacionalidade que nos liga ao social e que não apenas movemos, mas pela qual somos movidos/jogados no mundo. Essa relacionalidade que nos excede marca a emergência de uma relação do eu consigo mesmo sempre fissurada pela alteridade, interrompendo a narrativa da autoconsciência e do pleno autoconhecimento, desestabilizando a ideia de uma consciência interna clara, independente, fundada em uma relação de posse com o vivido. É a partir desse ponto que nos interessa abordar suas escritas, aproximando-as das Pesquisas (Auto)Biográficas, com vistas a ampliar matrizes de inteligibilidade entre esse campo de pesquisa educacional e os pressupostos pós-estruturais. Pretendemos, por conseguinte, operar um deslocamento de suas reflexões sobre o sujeito moral para pensar, em chave pós-estrutural, a potencialidade de suas noções para o campo das Pesquisas (Auto)Biográficas⁹.

Um dos objetivos marcantes dessa meditação butleriana (2015) é desfazer a autossuficiência e a autonomia possessiva de qualquer construto identitário perante o outro. Nela, a desconstrução de uma metafísica do eu toma a forma de uma intensa e profunda investigação filosófica e psicanalítica sobre a impossibilidade da manifestação de uma presença pura e suficiente do eu em si mesmo. Tal impossibilidade reside justamente no fato de que não há um eu capaz de contar a si mesmo sem a interrupção de seus quadros de sociabilidade, sem a desorientação imposta pela presença de outros:

Contudo, não existe nenhum “eu” que possa se separar totalmente das condições sociais de seu surgimento, nenhum “eu” que não esteja implicado em um conjunto de normas morais condicionadores, que, por serem normas, têm um caráter social que excede um significado puramente pessoal ou idiossincrático. [...]. Quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse “si mesmo” já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração. (BUTLER, 2015, p. 18, grifos da autora).

Diz-nos ainda que “[...] a razão disso é que o ‘eu’ não tem história própria que não seja também a história de uma relação – ou um conjunto de relações – para com um conjunto de normas” (BUTLER, 2015, p. 18, grifo da autora). Isto é, “[...] até certo ponto as condições sociais de surgimento sempre desapossam o ‘eu’” (BUTLER, 2015, p. 18, grifo da autora). Essa condição

⁹ Desde já, explicitamos que a nossa compreensão da obra de Butler como integrante do pós-estruturalismo é baseada na identificação, em seus escritos, de posturas filosóficas e operadores conceituais comuns às práticas críticas desse movimento de pensamento. Não é nossa intenção nomear categoricamente se a autora pertence ou não a este ou aquele movimento de pensamento, pois, a partir de sua obra, entendemos que tal atitude é não apenas um desejo falido de estabilidade classificatória, mas uma redução da vida alheia marcada por uma violência ética que postula pela *mesmidade* do outro, indesejável em nosso estudo.

de desposseção atua como um princípio de desorientação do eu, ligado a uma ideia mais ampla de agência marcada por uma autonomia fraca.

De modo geral, a agência do sujeito, na concepção butleriana, é sempre uma agência cindida e fraca, fissurada por uma condição irreduzível de alienação limitante da liberdade soberana do sujeito. Trata-se de uma criação da agência do sujeito marcada por uma performatividade que nada tem de liberdade irrestrita, mas uma atuação dentro de um campo onde as múltiplas restrições normativas que precedem e excedem os sujeitos – onde eles estão inevitavelmente imersos, forjando e sendo forjados por uma rede de sociabilidade – são, paradoxal e ambivalentemente, limitantes e facilitadoras. Trata-se de uma noção que está em oposição à de uma autonomia irrestrita e metafísica do sujeito plenamente centrado e consciente, marcada por uma agência autodeterminada e teleológica.

Dentro desse quadro, o princípio de desposseção de si pode ser compreendido como um princípio de desarticulação identitária que postula por “[...] um sujeito que não funda a si mesmo, ou seja, cujas condições de surgimento jamais poderão ser totalmente explicadas” (BUTLER, 2015, p. 31). Essa criação da agência do sujeito fissurada pela desposseção de si parte, em certa medida, da inspiração foucaultiana, para quem o sujeito “[...] se forma em relação a um conjunto de códigos, prescrições ou normas e o faz de maneiras que não só (a) revelam a constituição de si como um tipo de *poiesis*, mas também (b) estabelecem a criação de si como parte de uma operação de crítica mais ampla” (BUTLER, 2015, p. 29, grifo da autora). Ainda, segundo a autora, “[...] não há criação de si (*poiesis*) fora de um modo de subjetivação (*assujettissement*) e, portanto, não há criação de si fora das normas que orquestram as formas possíveis que o sujeito deve assumir” (BUTLER, 2015, p. 29, grifos da autora). As normas, nessa criação, atuam como uma espécie de *assujeitamento constitutivo do eu*, estabelecendo os limites do que será considerado “[...] uma formação inteligível do sujeito dentro de determinado esquema histórico das coisas” (BUTLER, 2015, p. 29), fazendo da prática crítica um ato de exposição dos limites do esquema histórico de inteligibilidade: “Criar-se de tal modo a expor esses limites é precisamente se envolver numa estética do si-mesmo que mantém uma relação crítica com as normas existentes” (BUTLER, 2015, p. 29). Normas¹⁰ que nos precedem e pelas quais nunca somos totalmente responsáveis, mas que nos movem e nos formam em alguma medida, criando um excesso que nunca nos é plenamente transparente.

A opacidade do sujeito pode ser uma consequência do fato de se conceber como ser relacional, cujas relações primeiras e primárias nem sempre podem ser apreendidas pelo conhecimento consciente. Momentos de desconhecimento sobre si mesmo tendem a surgir no contexto das relações com os outros, sugerindo que essas relações apelam a formas primárias de relacionalidade que nem sempre podem ser tematizadas de maneira explícita e reflexiva. Se somos formados no contexto das relações que para nós se tornam parcialmente irrecuperáveis, então essa opacidade parece estar embutida na nossa formação e é consequência da nossa condição de seres formados em relações de dependência. (BUTLER, 2015, p. 32).

Esses múltiplos excessos que marcam nossa identidade e nos tiram de um quadro de transparência em relação a nós mesmos são estruturantes da escrita butleriana sobre o eu. Eles marcam, em alguma medida, uma influência não apenas foucaultiana, mas derridiana (2011), para quem, mesmo quando fazemos uso do “eu” para falar de algo que possivelmente nos é intrínseco, já estamos lançando mão da linguagem e não mais falando de uma posse nem de uma

¹⁰ “A norma não produz o sujeito como seu efeito necessário, tampouco o sujeito é totalmente livre para desprezar a norma que inaugura sua reflexividade; o sujeito luta invariavelmente com condições de vida que não podia ter escolhido. Se nessa luta a capacidade de ação [...] funciona de alguma maneira, é dentro de um campo facilitador e limitante de restrições” (BUTLER, 2015, p. 31).

escolha, porque além de sermos jogados na linguagem, ela não é uma propriedade de um sujeito singular. Ou seja, a partir de Butler, podemos afirmar que há uma perspectiva impessoal primeira e primária, anterior, pela qual o encontro pessoal com o outro e consigo mesmo acontece. Isso põe em xeque a ingênua ideia de que o eu é um *isso mesmo* e o outro um *aquilo mesmo*, plena e objetivamente independentes, que lutam contra o assujeitamento de modo a livrar-se completamente dele. “Se meu rosto é de fato legível, só chega a sê-lo porque entra em um quadro visual que condiciona sua legibilidade” (BUTLER, 2015, p. 43).

A pesquisadora diz-nos ainda que “[...] há uma linguagem que enquadra o encontro, e embutido nessa linguagem um conjunto de normas referentes ao que constituirá e não constituirá a reconhecibilidade” (BUTLER, 2015, p. 44). Dentro desse quadro, o relato que se poderia dar de si mesmo é todo ele condicionado por regimes de verdade, por quadros normativos e, em última análise, pela própria linguagem que não apenas desapossam a possibilidade de um retorno ao si mesmo, como também determinam o que se pode dizer ou não sobre esse si mesmo, a verdade de si. Portanto, uma primeira característica marcante dos escritos butlerianos acerca do eu é essa condição despossuída e desorientada por tudo aquilo que nos excede em nossas redes de sociabilidade, o que nos impõe uma opacidade e um assujeitamento constitutivos que nos limitam em nossa possibilidade de consciência de si por meio da (auto)biografia. Cabe destacar que tal característica não aparece em suas meditações apenas como celebração da fragmentação do eu, mas está fortemente atrelada à possibilidade de uma narração performática de si.

Em nosso esforço de síntese, outro ponto que convém chamar atenção nas meditações butlerianas a respeito da narração de si faz referência à intervenção das dimensões performáticas – do eu narrativo – e alocutárias na escrita de si. A intervenção alocutária diz respeito à ideia de que “[...] eu existo em um sentido importante para o tu e em virtude do tu” (BUTLER, 2015, p. 46). Isto é, de acordo com Butler, “[...] só se pode contar uma autobiografia para o outro, e só se pode fazer referência a um ‘eu’ em relação a um ‘tu’: sem o ‘tu’, minha própria narrativa torna-se impossível” (BUTLER, 2015, p. 46, grifos da autora). Para ela, a operação de dar um relato de si mesmo partindo de *sua própria perspectiva* é uma tarefa primariamente interrompida por variadas formas de enfraquecimento da perspectiva do eu e da singularidade¹¹ do sujeito. Essa interrupção e essa despossessão do eu em sua singularidade acontecem desde o nível das estruturas normativas sociais indiferentes ao sujeito, e que tornam seu relato reconhecível dentro de um dado regime de verdade, até as condições de encontro com a alteridade em meio aos discursos normativos que condicionam esse próprio encontro - “[...] acontece que dou um relato de mim mesma para alguém, e o destinatário desse relato, real ou imaginário, também interrompe a sensação de que esse relato é de fato meu” (BUTLER, 2015, p. 51). Ou seja, é impossível fazer um relato de si mesmo fora de uma cena interlocutória, fora de uma estrutura de interpelação que desorienta e expropria o eu de um território plenamente autêntico¹². É essa estrutura que define o relato e, para a autora, este só se completa, quando, em alguma medida, se é expropriado daquilo

¹¹ Convém pontuar que, na teoria butleriana, a singularidade é pensada fora da narrativa romântica da autenticidade existencial, isto é, toda singularidade, para ser possível como tal, deve levar em conta sua substituíbilidade constitutiva. Para ela, a singularidade emerge em um paradoxo insuperável em que, ao passo que remete à irredutibilidade das relações e das histórias vividas, não tem nenhum conteúdo particular primordial e originário, tornando-a, em alguma medida, substituível: “[...] acredito que, precisamente por não ter conteúdo, minha singularidade tenha algumas propriedades em comum com a do outro e por isso, em certa medida, seja um termo substituível” (BUTLER, 2015, p. 49). Em sua teoria, portanto, a singularidade é, paradoxalmente, íntima e anônima, pois é o seu caráter indefinido que a define e impede a total substituição.

¹² Na teoria butleriana, a relação com um “tu” não se dá apenas como se esse fosse uma exterioridade plenamente objetiva e independente do eu, um receptor externo. Existe uma dimensão do “tu” como “[...] um outro interiorizado de maneiras que não posso relatar” (BUTLER, 2015, p. 105), isto é, um outro constitutivo do eu, uma alteridade familiar, sendo este um fator de impressionabilidade primária que também torna opaco o ato de narrar-se, destituindo o desejo de transparência em relação a si mesmo.

que se acredita possuir: “[...] é somente na desposseção que posso fazer e faço qualquer relato de mim mesma” (BUTLER, 2015, p. 52). Isso não significa, ainda de acordo com ela, que não possamos contar nossas histórias, aliás, para ela, há muitas razões para fazermos isso. Isso significa apenas que, ao contar uma história, ao tentar dar um relato completo de si por meio de uma narrativa, realizamos uma operação que não transparecerá muita confiança e vivacidade. Ela defende que as narrativas de si são possíveis em um quadro de desposseção do eu, e isso significa que elas são, em certa medida, histórias *fabulosas*.

Em geral, a narração ficcional não requer nenhum referente para funcionar como narrativa, e podemos dizer que a irreconhecibilidade e a forclusão do referente é a própria condição de possibilidade para um relato narrativo de mim mesma. A irrecuperabilidade de um referente original não destrói a narrativa; ela a produz “numa direção ficcional”, como diria Lacan. Para ser mais precisa, eu teria de dizer que posso contar a história de minha origem e posso recontá-la diversas vezes, de diversas maneiras. [...]. Com efeito, talvez ter uma origem signifique justamente ter várias versões possíveis dela – acredito que isso seja parte do que Nietzsche queria dizer ao tratar da operação da analogia. Qualquer uma delas é uma narrativa possível, mas de nenhuma delas posso dizer com certeza que seja a única verdadeira. (BUTLER, 2015, p. 52-53).

A intervenção performática, por sua vez, diz respeito à ideia de que, ao narrar-se, o sujeito é marcado por uma cisão entre o eu narrativo e o eu que deseja narrar de modo a constituir uma *incomensurabilidade constitutiva* na narrativa entre a narração e o narrado que já não se pode contornar sem comprometer a própria história¹³. Nessa direção, para Butler (2015), o eu que narra a si mesmo, em meio a essa incomensurabilidade constitutiva do relato que dá de si, sempre recupera, reconstrói e se encarrega de ficcionalizar as origens que não pode conhecer.

Na construção da história, crio-me em novas formas, instituindo um “eu” narrativo que se sobrepõe ao “eu” cuja vida passada procuro contar. O “eu” narrativo contribui efetivamente com a história toda vez que tenta falar, pois o “eu” aparece de novo como perspectiva narrativa, e essa contribuição não pode ser totalmente narrada no momento em que fornece a âncora de perspectiva para a narração em questão. (BUTLER, 2015, p. 55, grifos da autora).

Poderíamos dizer que o eu narrativo do qual nos fala Butler atua suplementando, em um sentido derridiano, a narrativa que conta de si mesmo. Isto é, a incomensurabilidade constitutiva torna o eu narrativo um eu suplementar que age moldando-se enquanto narra-se, *moldando-se no próprio ato narrativo*, estabelecendo, simultaneamente, identificações e procurações, interrompendo a serialidade e a sequencialidade da narrativa realística de si que almeja atingir a *verdade da pessoa* (BUTLER, 2015) e estancar a produção de sentidos pelo real/vivido que relata. Poderíamos dizer que há uma *inverossimilidade constitutiva* criada pela irrecuperabilidade plena do vivido na ação do eu narrativo. A ação do eu narrativo, ao ficcionalizar a narrativa de si, pode significar, portanto, uma subtração da origem imóvel e estabilizadora da história de vida que se relata, abrindo a possibilidade de contá-la como uma *performance (auto)biográfica de sentidos que se cria para a própria vida*.

A intervenção performática e alocutária da narrativa atua em níveis imbricados de desfazimento do eu, retirando qualquer possibilidade de a narração livrar completamente o eu dessas formas de assujeitamento e acessar um *eu originário* e/ou uma *verdade da pessoa* (BUTLER, 2015) encerrada no passado. Aliás, melhor dizendo, ao modo de Klinger, podemos concluir que, quanto mais intensas as tentativas de recuperar um passado originário, possivelmente maior será o grau de ficção e a distância dessa mesma origem, pois o eu que se narra, despossuído por todas

¹³ Vale destacar que essa cisão não é defendida como uma reedição da abordagem epistemológica – *a vida como objeto de contemplação* – dentro de uma moldura pós-estrutural. A cisão do eu marca apenas o conflito de temporalidades que habita um mesmo eu, de disposições enunciativas do eu que narra e a vida que narra.

as condições intervenientes em sua narrativa, se ficcionaliza ao se (re)construir na narrativa (BUTLER, 2015; KLINGER, 2008). Quanto mais pretensamente real se tenta ser, paradoxalmente mais ficcional a narrativa se torna. À suposta *verossimilhança* da narrativa corresponde uma ficção constitutiva proveniente da intervenção de um sujeito duplo que se narra sem conseguir estabelecer para si uma presença plena, fixa, estável.

Mais radicalmente em Butler (2015), a crítica à ideia de posse, autossuficiência, exemplaridade e esclarecimento de si por meio da narrativa conduz à possibilidade de construção de variadas versões de si em um sentido performático. Uma construção cuja relação com a origem, se é que é possível determiná-la, não se dê em um quadro de manifestação de presença pura, presa a eventos realmente vividos. Isto é, para Butler (2015), o que importa em uma narração de si não é a sequência, a linearidade, o *antes-durante-depois* de uma vida, já que esta não se permite ordenar, não se deixa capturar em uma tal construção. A narração performática de si envolve uma relação ficcional com o que se quer narrar, uma relação que não aspira à *verossimilhança* com a *verdade da pessoa* na construção de um *coerente biográfico*, mas à construção incompleta e incessante de si.

Paradoxalmente, essa evocação é um ato performativo e não narrativo, mesmo quando funciona como um ponto de apoio para a narrativa. Em outras palavras, estou fazendo alguma coisa com esse “eu” – elaborando-o e posicionando-o em relação a uma audiência real ou imaginária – que não é contar uma história sobre ele, mesmo que “contar” continue sendo parte do que faço. Qual parte desse “contar” corresponde a uma ação sobre o outro, uma nova produção do “eu”? (BUTLER, 2015, p. 89, grifos da autora).

Nesse sentido, a ação performática e alocutária é constitutiva da própria narratividade de si, que só pode ser considerada narratividade no que esta tem de atividade de si sobre si, de elaboração e recriação, e não de pura e simples descrição factual e repetitiva, se considerar que o eu narrativo encena-se ao narrar-se mais do que remete a um ponto originário e fixo de si. Ao encenar-se, o eu interfere sempre na história de modo irreversível, oblitera qualquer possibilidade de acesso a cenários remotos originais, puros, imóveis. À ação performativa e alocutária da narratividade de si, portanto, corresponde uma produção irregular e opaca de sentidos que nada tem de débito em relação ao passado que narra, que nada tem de amarração a uma fidelidade plena do vivido, ou, em um sentido derridiano, é um débito que já não se pode sanar. Assim, à narratividade de si, compreendida a partir de um enquadramento performativo, corresponde uma *infundamentação de si*, aliás, corresponde a um *pôr-se em risco e incerteza* no momento mesmo em que se narra, *pôr-se em presença e procuração*, *pôr-se em jogo*. A narratividade de si, nesse modo de compreendê-la, passa, portanto, a ser mais uma *produção* histórica de sentidos do que uma *descrição* distanciada dos significados.

Em síntese, podemos dizer que, nessa chave, a pretensão de livrar-se, por meio da (auto)biografia, dos quadros de assujeitamento – em nosso caso, constitutivos do eu – com vistas a alcançar um ponto de presença fixo é abandonada. A partir de Butler, podemos concluir que o sujeito que se relata, imerso em uma tensão entre temporalidades incomensuráveis, é um sujeito duplo e cindido, marcado pela encarnação de um paradoxo que já não se pode superar, vivido entre o eu narrativo e o eu que se quer relatar, em um mar de desposseção. Um sujeito que, simultânea e paradoxalmente, ao relatar-se e tentar aproximar-se cada vez mais de uma *verdade da pessoa*, afasta-se dela pela ficção constitutiva desse próprio ato narrativo. Quanto mais tenta se aproximar e se fazer transparente, mais deixa transparecer uma contingência e uma opacidade que lançam sombra sobre o vivido e que o desapossam de sua suposta estabilidade originária.

Para nossos propósitos, a postulação de uma opacidade primária e da intervenção das dimensões acima descritas, que decorrem sempre e inevitavelmente de relações de sociabilidade

formativas que nos precedem e excedem, desorientando e desapossando o eu em sua tentativa de fundar uma relação translúcida consigo mesmo, têm implicações para o modo como pretendemos inventar modos pós-estruturais de Pesquisas (Auto)Biográficas nesse ensaio. Assumir a opacidade constitutiva do eu, em um quadro ontológico pós-estrutural mais amplo, significa aceitar que qualquer narrativa de si é sempre uma *textualização* performática e provisória de sentidos, relatada para um tu que me solicita e me constitui, marcada, simultaneamente, por uma falta de transparência e um excesso de sociabilidade que impede uma recuperação plena e uma identidade/posição própria. A irrecuperabilidade total do *socius* e o excesso decorrente dessa mesma rede de sociabilidade impede a construção de uma (auto)biografia que possa atestar a presença plena do sujeito, a petrificação em um instantâneo, destruindo todo e qualquer *encontro* com o outro e consigo mesmo na textualização da vida.

Considerações finais

– Você não está seguro do que diz? Vai novamente mudar, deslocar-se em relação às questões que lhe são colocadas, dizer que as objeções não apontam realmente para o lugar em que você se pronuncia? Você se prepara para dizer, ainda uma vez, que nunca foi aquilo que em você se critica? – Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo. (FOUCAULT, 2008, p. 19-20).

A aporia da *valorização do sujeito em cena pós-morte dele mesmo* tem nos colocado a pensar na significação da subjetividade no campo das Pesquisas (Auto)Biográficas, primando pela construção de matrizes de inteligibilidade entre operadores conceituais desse campo de pesquisa educacional e do movimento pós-estrutural. Neste ensaio, tentamos fazer tal aporia trabalhar no sentido de investigar possíveis contribuições do pensamento de Butler (2015) na construção de tal matriz de inteligibilidade. Defendemos que não apenas os operadores e as noções pós-estruturais mais amplos, mas também as noções e problemáticas butlerianas acerca da narração de si permitem pensar em modos *despossuídos*, *performáticos* e *pós-metafísicos* de operar escritas (auto)biográficas sem a pretensão de pureza e originalidade. Escritas que nos permitam pensar a (auto)biografia fora do *script* fixista, tendo a ficção como maneira performática e autorizada de invenção de múltiplos sentidos de si.

Se esses operadores filosóficos e conceituais entram em confronto com alguns dos pressupostos e algumas das orientações gerais postas pela declaração da ASIHVIF e, de modo geral, nas apresentações dos dossiês temáticos e nos artigos de revisão debatidos neste ensaio, tais confrontos dizem respeito à construção enclausurada e metafísica da subjetividade pensada nas metáforas da *posse* e do *esclarecimento* contínuo e evolutivo de si, remetendo a uma subjetividade *original*, *pura* e *livre* de quadros de assujeitamento. Defendemos que isso não significa um abandono ou a impossibilidade, em chave pós-estrutural, da escrita de si, mas a abertura de um campo investigativo que não mais aposta em uma narração de si centrada em uma *reapropriação* de atributos pessoais e valores próprios, em um sentido de autenticidade e transparência, fundando uma manifestação subjetiva terminal e bloqueadora do eu.

É contra a hipertrofia da originalidade e solidez da subjetividade, pensada metafisicamente como *reapropriação* forte e autêntica de sentidos pessoais puros, que o pós-estruturalismo se coloca. O descentramento das narrativas de si, do eu e da *verdade da pessoa* problematizam especificamente a operação discursiva envolta na construção do *coerente biográfico*, do sujeito que se narra primando pela transparência e pelo esclarecimento de si, e pelo *forte apego* a tudo aquilo que o permite *ter* uma suposta *assinatura própria*. Isso não impede, portanto, de pensarmos em espaços de interseção e diálogo entre o campo das Pesquisas (Auto)Biográficas e a filosofia Pós-estrutural, aliás, isso convida a pensarmos no frutífero diálogo e na ampliação deste

próprio campo de pesquisa educacional, tendo em vista que sempre tem sido pauta de teorizações nos trabalhos do campo aquilo mesmo que “[...] fundamenta o projeto e o processo da pesquisa biográfica, de identificar sua especificidade e autonomia em relação a outras correntes das ciências humanas e sociais” (DELORY-MOMBERGER, 2016, p. 135).

Defendemos que as questões aqui trabalhadas permitem criar, em termos de matriz de inteligibilidade com as Pesquisas (Auto)Biográficas, modos de narração de si que reconheçam que não há Eu sem Outro, pois só pela pressuposição da alteridade e da desposseção é que se desfaz a narração de si envolta em uma individualidade própria e em uma subjetividade metafísica. Tais perspectivas convidam a pensar a narração de si como busca pelos modos como outros estão implicados no eu desde o início, uma narração de si em rede, imersa em uma *nodosidade constitutiva* na qual a presença do eu *emerge*, desde o início, condicionada à e interrompida pela presença do outro, sem a qual, este construto, possivelmente individual e singular, seria impossível. Dar relevo ao outro significa apostar em uma narração de si mais imprecisa, marcada pela indecidibilidade última de todo ato de circunscrição de um eu, pela tensão fronteiriça de tudo aquilo que se excluiu para se chegar a tal construto, abrindo a possibilidade de pensar a criação de si de diversas maneiras, em diversas versões, sem desejo de solidez.

Ao lado dessas questões e imbricada a elas, em nossos estudos, temos investigado as implicações heurísticas e o potencial metodológico da (auto)biografia como *performance de sentidos*. Tem nos interessado investigar tal recurso como possibilidade metodológica de investigação (auto)biográfica cuja dimensão empírica e vivencial seja tomada como *ponto de partida* para construção de novas posicionalidades de si no eterno jogo das identificações. Assim sendo, não se trata de narrar-se para conscientizar-se do vivido de uma forma peremptória e fixista, em evolução temporal linear – o *antes-durante-depois*, o *bios* da vida. Não se trata de narrar-se a partir de um ponto privilegiado da consciência buscando os disparadores causais que detonaram a direção da vida em determinado sentido, como se fosse possível contá-la e articulá-la de forma transparente consigo mesmo e translúcida para o outro. As consciências, que são sempre consciências em referência a alguma coisa, são sempre estados que se fazem ao caminhar, ao se viver, ao estar no mundo com outro e para outros, de modo radicalmente contextual. Não se alcança, primeiro, um estado de consciência, seja ele moral, ético, político, ou estético, para depois nos relacionarmos com sujeitos no mundo. Essa consciência constrói-se no mundo com e para outros, que desapossam o eu a todo instante de uma consciência de si mesmo. A (auto)biografia, nessa chave, pode ser pensada, portanto, como uma produção emergente de sentidos, a *(re)criação de si* em um eterno vir a ser, a presença sempre adiada, sempre marcada pela ausência da consciência plena adquirida pelo exercício narrativo de si. Libertada da *bios* e da *metafísica-carnal-da-autenticidade*, a vida, em um sentido performático, pode *emergir* em sua liberdade enunciativa.

Em nossos estudos, temos tentado desenvolver a ideia de (auto)biografia e relato de si como *performance* tendo como objetivo maior operar des-sedimentações de discursos, reativar quadros referenciais praticados e pensados, porque vividos, como forma de desnaturalizá-los e, em alguma medida, matizá-los, recriando-os em uma nova posicionalidade sempre aberta ao infinito jogo das significações. Interessa-nos desenvolver e defender a ideia de que uma construção performática de sentidos de si, em chave pós-estrutural, significa entender não apenas que o remontar às origens é uma operação impossível e indesejável – o que não significa desprezo à dimensão vivencial e empírica da história de vida –, mas também que uma história de si precisa manter a vida em um espaço aberto à chegada de um evento imprevisto, sem precedente de um futuro já certo, dado, anterior à própria eventualidade e enunciação de si. Uma invenção despossuída e performática de si que se mantenha viva no eterno vir a ser da

existencialidade, a condição mesma de possibilidade, para alguns de nós, de emergência de uma *textualização* de si.

Referências

ASIHVIF. Associação Internacional das Histórias de Vida em Formação. Carta da ASIHVIF. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 177-179, jan./abr. 2016.

BIESTA, G. **Para além da aprendizagem**: educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CHAMLIAN, H. C.; BUENO, B. O. Apresentação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 327-328, maio/ago. 2006.

DELORY-MOMBERGER, C. A pesquisa biográfica ou a construção compartilhada de um saber do singular. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 133-147, jan./abr. 2016.

DERRIDA, J. **Aporias**. Stanford: Stanford University Press, 1993.

DERRIDA, J. **Posições**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JOSSO, M. C. As narrativas centradas sobre a formação durante a vida como desvelamento das formas e sentidos múltiplos de uma existencialidade singular-plural. **Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 17, n. 29, p. 17-30, jan./jun. 2008.

KLINGER, D. Escrita de si como performance. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, São Paulo, v. 1, n. 12, p. 11-30, 2008.

LARROSA, J. Dar a palavra. Notas para uma dialógica da transmissão. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MIGNOT, A. C.; SOUZA, E. C. Apresentação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 5-9, set./dez. 2015a. DOI: 10.5965/1984723816322015005

MIGNOT, A. C.; SOUZA, E. C. Modos de viver, narrar e guardar: diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 10-33, set./dez. 2015b. DOI: 10.5965/1984723816322015010

MORAES, D. Z.; SOUZA, E. C. Pesquisa (auto)biográfica em análise: entre diálogos epistemológicos e teórico-metodológicos. Apresentação. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 10-13, jan./abr. 2016.

PASSEGGI, M. da C.; SOUZA, E. C.; VICENTINI, P. P. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 369-386, abr. 2011. DOI: 10.1590/s0102-46982011000100017

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINEAU, G. As histórias de vida em formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 329-343, maio/ago. 2006. DOI: 10.1590/s1517-97022006000200009

SÁ, M. R. G. B.; CARVALHO, M. I. S. S. Os sujeitos nas narrativas curriculares: formação, experiência, subjetividades. In: ORNELLAS, M. L. S.; FORNARI, L. M. S. (Orgs.). **Entre-linhas: educação, psicanálise e escuta**. Salvador: EDUFBA, 2016.

SOUZA, E. C. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. **Educação**, Santa Maria, v. 39, n. 1, p. 39-50, jan./abr. 2014. DOI: 10.5902/1984644411344

SOUZA, E. C. de; PASSEGGI, M. da C. Apresentação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 327-332, abr. 2011. DOI: 10.1590/S0102-46982011000100014

SOUZA, E. C.; SOUSA, C. P.; CATANI, D. B. A Pesquisa (auto)biográfica e a invenção de si no Brasil. **Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 17, n. 29, p. 31-42, jan./jun. 2008.

VATTIMO, G. **O fim da Modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WATSON, J. Toward an anti-metaphysics of autobiography. In: FOLKENFLIK, R. (Ed.). **The culture of autobiography: constructions of self-representation**. California: Stanford University Press, 1993.

WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

Recebido em 02/11/2016

Versão final recebida em 26/01/2017

Aceito em 31/01/2017